



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 30.07.2014

Proc. n.º: 183 – SI 101/14

Horário início: 14h

Término: 15h10min

Assunto: reunião para tratar dos constantes problemas no fornecimento de energia elétrica em comunidades do interior do Município, principalmente em relação à necessidade de rede trifásica.

Requerente: Vers. Renato Kranz (PMDB) (primeiro autor), Márcio Müller (PTB), Rosemari Almeida (PP) Carlos Einar de Mello – Naná (PP), Gustavo Zanatta (PP) e Marcos Gehlen – Tuco (PT).

Convidados: Gerente da AES Sul. Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER; representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SMDR e da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SMGEP; representantes de comunidades do interior; conforme Requerimento n.º 078/2014.

Presentes: Lista de presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: No início da reunião, o Presidente, Vereador Renato Antonio Kranz, comentou que o assunto não é atual, sendo uma responsabilidade da concessionária de energia, que é a AES Sul. O objetivo seria verificar o andamento das tratativas do Executivo Municipal com a empresa com relação a algumas comunidades que apresentam maiores problemas na rede trifásica. Observou que, para sua operacionalização, iniciativas como o "Programa Mais Alimentos" necessitam do fornecimento de mais energia, assim como a avicultura e os *packing house*. Também existem em quantidade, no interior, câmaras frias para conservação, principalmente da bergamota. Em alguns locais, há muita dificuldade para se implantar esse sistema de refrigeração. Um caso que obteve maior repercussão foi o do produtor Luciano Kettermann, da localidade de Lajeadozinho, o qual está sendo analisado pelo Ministério Público. Este construiu uma casa através do "Programa Minha Casa, Minha Vida" e não está conseguindo obter a ligação de energia elétrica, não sendo possível habitá-la. Está tendo que morar na cidade, com sua casa no interior pronta, mobiliada, não podendo ocupá-la porque a AES Sul não faz a ligação da energia. O Vereador disse que toda a região conhecida como "canto dos Kettermann" não possui energia suficiente para suprir as necessidades dos moradores. A situação vem piorando devido à crescente aquisição de aparelhos elétricos, acarretando diminuição na qualidade da energia elétrica, com o que a potência já não é mais suficiente. O Secretário de Desenvolvimento Rural, Antonio Edison Padilha, reconheceu que o interior do Município está carente. Em dois mil e um, ele e o irmão, Renato Padilha, tinham o projeto de instalar uma agroindústria de sucos de bergamota. Fez todo o curso no SEBRAE e na Associação Comercial, foi a São Joaquim verificar o funcionamento da Sanjo e teve que abdicar da realização do projeto porque não havia energia. O projeto está guardado em casa, havia uma proposta de financiamento aprovada pelo Banco do Brasil, mas não conseguiu a energia elétrica. Em reunião com o Prefeito, em seu gabinete, ele determinou que tudo que dissesse respeito à eletrificação rural deveria ser tratado com a gerência regional. Este tem dado uma atenção especial, caso a caso. Diversos pontos de estrangulamento estão sendo resolvidos. Os recursos da Secretaria são insignificantes, atendendo de acordo com a legislação, para que a AES Sul ou a Certaja cumpram com a sua obrigação. João Roque da Rosa, Gerente de Contratos e Convênios, disse que está incumbido de atender, desde o início da Administração, a questão da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



eletrificação, mais precisamente no interior do Município, com a finalidade de trazer melhorias. Contou que se aprofundou no estudo da legislação. Mencionou a Resolução Normativa n.º 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que passou a vigorar em dois mil e doze, na qual constam os direitos e deveres dos consumidores e das distribuidoras. Contou que participou de reuniões na Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – Agergs, que regula todas as concessionárias no estado. Também esteve em contato e fez questionamentos à própria Aneel, em Brasília, via e-mail, solicitando informações. Após esse estudo, começaram a desenvolver o trabalho. Ano passado, esteve em reunião na localidade de Faxinal, juntamente com o Secretário, tendo como tema a eletrificação rural. Declarou que estava colhendo informações e que iria sim buscar uma alternativa. O trabalho da municipalidade está baseado na Normativa. Disse ter certeza de que precisam muito recursos, Montenegro está muito carente de energia elétrica em toda a sua área rural, principalmente a trifásica, para a qual são necessárias obras caríssimas. Há poucos dias esteve com o Prefeito numa reunião em Serra Velha, onde explicou àquela comunidade que é possível ter a energia trifásica, assim como uma luz de qualidade, monofásica, através do programa de universalização do governo federal. Há condições, em médio prazo, de estender a luz trifásica a todo o interior do Município através do programa do governo, que prevê a universalização. A primeira obra com essa finalidade estava marcada para o dia 24 ou 25, na propriedade de Ari Ulrich, a primeira que visitou, pois ele lhe procurou. Como já tinha conhecimento do assunto, foram juntos à AES Sul para que seja feito o enquadramento correto do pedido, visando atendê-lo, em itens como o potencial de quilowatts. A instalação de energia trifásica será executada sem custo para os proprietários rurais, abrangendo três aviários, que anteriormente sofriam com a queima de aparelhos, principalmente ventiladores, ocasionando a morte de frangos. Estava prevista para ocorrer no último dia 24, tendo que ser reprogramada em função das chuvas. Naquele caso, o enquadramento ficou mais fácil, pois já existe energia monofásica e passa a alta tensão. Antes da edição desta Normativa, mesmo tendo rede de alta tensão, o produtor tinha que arcar com o custo da obra. Agora, comprovando-se a existência de rede de alta tensão em frente à propriedade e ser necessária mais energia, devido, por exemplo, à utilização de motores, se faz um pedido atestando que realmente é preciso energia trifásica e a obra acontece. É feita vistoria no local e elaborado um projeto, sendo que a concessionária tem 270 dias para a conclusão da obra. Relatou que participou de encontro com municípios da região, em que a AES Sul esclareceu pontos da normativa. Segundo a gerência da AES Sul, não está sendo possível concluir as obras dentro desse prazo. Apontou que é preciso justificar a urgência das obras, nos casos em que é mais necessária e a concessionária a vai executando, após os 270 dias. Com relação à obra para o produtor Ari Ulrich, fizeram o pedido em março de 2013, irá acontecer agora. Também solicitaram à Agergs que contate a concessionária, reforçando a justificativa de urgência da obra. Parte da energia ao interior, como para Costa da Serra, é fornecida pela Certaja. Na localidade de Potreiro Grande, foi instalada a energia na usina de compostagem de Paulo Roberto Lenhardt, que há muitos anos a vinha reivindicando, obra orçada em mais de sessenta mil reais. Foi até lá, fez o enquadramento e solicitação da obra, juntamente com o produtor, para a Certaja. Em resposta, a Cooperativa informara que o produtor teria que arcar com o custo da obra. Não concordaram, mas a empresa manteve sua postura. Fizeram uma reclamação à Agergs, informando que o pedido estava de acordo com a Normativa 414, da Aneel, porém a Cooperativa não estava querendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



cumprir a legislação. Cinco dias depois, Paulo Lenhardt foi até sua sala para agradecê-lo, pois a Certaja o havia procurado para assinar o contrato, sendo que a obra não teria custo. Outra demanda sobre a qual estão sendo procurados por pessoas da cidade: luz oscilando ou falta de luz. Com relação à luz fraca no interior, nem sempre é o caso de se instalar a rede trifásica. Destacou que informam que, se tiver aviário, precisa trifásica. Por exemplo: Tomás, produtor na localidade de Pinheiros, está construindo aviário numa propriedade que não possui fornecimento de energia, constando na legislação que não pode ter energia na propriedade, monofásica ou trifásica, mas sua pretensão é construir. Pela Normativa, eles têm que levar a trifásica até lá. Por onde a obra passe, todas as famílias que estão no trajeto vão poder se ligar a esta rede. Consta na Normativa: as propriedades que tiverem eletrificação, indiferente se mono ou trifásica, têm que custear a obra. Disse que se deveria ajudar quem está produzindo e quer produzir mais, mas a Normativa não prevê isto. Também procurado por Luciano Kettermann, levou à Agergs este assunto. A legislação prevê a ligação trifásica gratuita em propriedades que ainda não tem energia. No seu caso, ele construiu a casa na propriedade de seu pai, numa parte ainda não legalizada no seu nome. Solicitara a ligação da luz à AES Sul, que a efetuou, mas como não estava enquadrada na Norma, houve cobrança. Ele não concordara, pedira novamente e mais uma vez cobraram, pois faltavam documentos, neste caso, a matrícula da área em seu nome. Recorrera ao Judiciário que, após análise, lhe solicitara que passasse a área para o seu nome. Buscara auxílio na Agergs, a qual lhe informara que está no caminho certo, pois está em análise pelo Judiciário, que irá cobrar o cumprimento da Normativa. O Assessor Parlamentar João Vilso Cruz declarou que, para desmembrar uma área no interior, precisa três hectares. Disse conhecer situação onde várias propriedades integram condomínio, cada uma com área de um hectare, um hectare e meio, em que mandaram cobrar a obra, mesmo que naquele local dentro da área maior nunca teve ligação de energia; mas dentro da área maior eles querem cobrar a obra, mesmo que haja escritura em nome da pessoa, ela não consegue sair de dentro do condomínio com menos de três hectares. João Roque da Rosa afirmou que a área maior tem. Normalmente, estas áreas estão em usufruto, isto é um empecilho. Nas situações em que não há, levam ao conhecimento da Agergs, para que seja estudado caso a caso e possa se emitir um parecer da Agência. O Vereador Renato Kranz perguntou se, tomando-se como exemplo o caso de Raini Kranz, que construiu um aviário e tem um filho que trabalha com ele, ele passar para o filho a propriedade do aviário, ele tem direito à luz trifásica. João Roque da Rosa respondeu que não, porque aquela propriedade que ele vai passar, dos aviários, já está energizada. Apenas numa matrícula diferente, fechada, que não tenha luz, isso é possível. O Vereador Renato Kranz perguntou qual a possibilidade de o Município entrar com algum recurso, buscá-lo através de emenda parlamentar ou verbas próprias, para custear uma situação destas, que é mais complicada. João Roque da Rosa declarou que o Município teria que ter muito recurso disponível para poder se assegurar de que poderia bancar. Com valores como cem, duzentos, quinhentos mil reais, não dá nem para começar. Também é preciso verificar de que forma a Administração Municipal poderá dizer quem iria ser beneficiado com aqueles valores, porque a demanda, caso fosse atendida, passaria de dois milhões de reais. O Vereador Renato Kranz falou que a SMDR, através do COMDER, poderia fazer um estudo para verificar onde estão as demandas. Por exemplo: a comunidade de Vapor Velho tem um pequeno trecho onde é preciso. Perguntou se teria como enquadrá-la na Normativa; onde não há nenhuma possibilidade de ser conforme a Normativa, o Município não teria



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



possibilidade de fazer um levantamento dos projetos e de seu custo, e possivelmente buscar uma emenda parlamentar, ou colocar no Orçamento. Destacou que Montenegro tem muito dinheiro, com possibilidade de fazer. João Roque da Rosa afirmou que se mantém constantemente atualizado com relação aos projetos do governo junto aos Ministérios. Qualquer rubrica de algum Ministério, para eletrificação, é importante se cadastrar e buscar para o Município. No entanto, nesses últimos dois anos, não havia nada. Mantém contato com o Ministério de Minas e Energia, e não há nada. O que existe é o projeto de universalização da energia elétrica do governo federal. Quanto à emenda parlamentar, o Governo tem que fazer o encaminhamento da maneira como vão ser utilizados os recursos. Em muitas comunidades do interior, há muita possibilidade como, por exemplo, Alfama, em que há muitas propriedades que podem ser enquadradas, é um trabalho que precisariam fazer. Em Faxinal, abriram um processo visando à doação da área para o Município. Nesses processos existem outras questões que precisam ser resolvidas, para depois se solicitar a luz, mas a forma como fora feito em Vapor Velho é um grande exemplo de como enquadrar e levar a todas as comunidades do interior. Destacou necessidade de buscar isso, vendo as reuniões no interior como uma oportunidade para levar ao conhecimento, bem como esclarecer as pessoas e se pedir ajuda. Afirmou que está faltando às comunidades acreditarem que é possível. O Secretário Padilha esclareceu que para se regularizar aquela área tem que ter a planta, certidão do Registro de Imóveis emitida, no máximo, nos últimos trinta dias e a pessoa tem que estar com a área regularizada. Foram citados casos particulares ligação de energia elétrica. O Vereador Renato Kranz reiterou preocupação, afirmando possibilidade de enquadrar os casos na Normativa. Secretário Padilha destacou esperança de que nas próximas eleições ocorra uma mudança na legislação federal. João Roque da Rosa comentou que, dentre os encaminhamentos que irá fazer aos futuros legisladores, pretende incluir esta demanda, de talvez beneficiar, dentro da Normativa, famílias que já estão produzindo, que necessitam de energia para aumentar sua produção, estender, abrir. Seria muito importante, dentro da universalização do governo federal, abrir para essas famílias, para ser colocadas algumas questões, até determinado valor. Sugestão a futuros legisladores, governantes, de mexerem nisso. O Vereador Naná falou que, com relação à ajuda do Município, a demanda é muito grande, mas teria que começar por alguém que tenha um empreendimento. Para Cláudio Vargas acharam um caminho. Ele tem dois aviários, é uma pequena grande empresa que está dentro do Município. O valor, na época, era de trinta mil reais, se fosse para o Município entrar com a metade, já teria trifásica. Tem que começar por algum lugar. O próximo passo é colocar no Orçamento e se fazer gradativamente, ajudar nestes casos onde não se tem como fazer. Os Vereadores Renato Kranz e Naná destacaram caso do produtor de Alfama, que iria beneficiar muitas pessoas. Ali seriam três propriedades, que se beneficiariam imediatamente. João Roque da Rosa afirmou que as reuniões seriam importantes para a conscientização da comunidade. Secretário Padilha contou que tem ido às comunidades, para verificar onde a rede está fraca ou está faltando. Não há um processo aberto na Secretaria pedindo rede de luz, tem de rede de água, para aquela localidade. Estão indo atrás e verificando os pontos críticos, para dar uma solução. Na realidade, se tivessem recursos porque não iriam trabalhar e ajudar o produtor? Tudo que se faz é uma via de duas mãos, se vai dar, mas precisa de retorno. Existem duas situações em Montenegro: a da zona da citricultura e a da agricultura familiar, que engloba Sobrado, Serra Velha, que é outro tipo de agricultura, a agricultura tradicional, aquela que planta feijão, cana, cria galinha, colhe ovos, leite, e tem



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



o outro, que vive da bergamota, são realidades distintas. A municipalidade quer que todos tenham a mesma condição de vida, não só aquele que está ganhando dinheiro, cada um com seu estilo de vida. O Vereador Renato Kranz apontou que a questão envolvendo Luciano Kettermann está encaminhada; a de Alfama, contudo, depende muito por onde parte a rede, se de Pinheiros ou de Alfama. João Roque da Rosa esclareceu que ainda não fizeram o pedido, só estão aguardando o proprietário colocar o telhado no galpão, para que o pedido seja feito. O Vereador Naná relatou que Cláudio Vargas, na época, era o presidente da associação e se empenhou bastante, recolhendo assinaturas, e acabou ficando de fora. João Roque da Rosa destacou que as obras para rede trifásica são caras, para se chegar a cem mil reais não precisa ser muito grande. O Secretário Padilha agradeceu a oportunidade, pois muitas vezes não se divulga o trabalho que se está fazendo. Estão fazendo um trabalho meio quieto. Destacou que João Roque tem sido de muita valia para a SMDR e que o trabalho dele está dando um resultado muito bom. Reclamou da falta de recursos para a SMDR: muitas vezes, até o conserto de algum veículo é complicado para se fazer; para se adquirir alguma coisa tem que se passar por "n" pessoas, para dizer que está sendo feito errado ou mal encaminhado. Afirmou que se daquelas seis pessoas que estão lá para dizer que está errado, tivesse cinco ajudando a fazer certo, não se fazia errado; mas não, tem gente lá para assinar várias vezes, dizer que está errado, trancar e mandar de volta. Disse achar que irão mudar isso e que está funcionando bem melhor. Ressaltou que o quadro de funcionários da Prefeitura está muito bom e que não tem tido restrição de nenhum setor quanto ao que ao que é solicitado, acompanhando os processos bem de perto. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Renato Antonio Kranz
Presidente**

***O áudio integral da reunião encontra-se anexo ao referido processo.**